

Municípios rurais do Pará: mapeamento para pesquisa qualitativa em Comunicação¹

Netília Silva dos Anjos SEIXAS²

Maria Ataíde MALCHER³

Érica TEIXEIRA⁴

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

Neste artigo apresentamos levantamento realizado sobre municípios do Pará que integram pesquisa de campo do projeto *Jovens e Consumo Midiático em Tempos de Convergência*, aprovado no edital 071/2013 do PROCAD/CAPES e realizado pela UFRGS, UFPA e UFS. Na segunda fase do projeto, o objetivo é chegar ao chamado “Brasil profundo”, a fim de observar o consumo midiático por jovens de realidades outras que não as dos grandes centros urbanos. O Pará contém 144 municípios, dos quais 68 são considerados urbanos e 76 contêm população majoritariamente rural, segundo classificação do IBGE. Quatro municípios rurais integram a pesquisa no estado: Cametá, São Sebastião da Boa Vista, Medicilândia e Água Azul do Norte, cada um deles apresentando uma situação midiática.

PALAVRAS-CHAVE: contextos latino-americanos; Pará; municípios rurais; quadro midiático.

Introdução

O propósito neste artigo é apresentar o contexto dos municípios paraenses que integram o projeto de pesquisa *Jovens e Consumo Midiático em Tempos de Convergência*, aprovado no Edital no. 071/2013 do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

¹ Trabalho apresentado no GP América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora da Universidade Federal do Pará. Integrante da equipe do Pará do projeto *Jovens e Consumo Midiático em Tempos de Convergência* (Edital 071/2013 PROCAD/CAPES) e bolsista CAPES em estágio pós-doutoral pelo mesmo projeto. Coordenadora do projeto *A História da Imprensa no Pará: do impresso à internet*, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e líder do grupo de pesquisa *Comunicação, Linguagens, Discursos e Memórias na Amazônia*, certificado pelo CNPq. E-mail: netilia@uol.com.br

³ Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora na UFPA do projeto *Jovens e Consumo Midiático em Tempos de Convergência*. Líder do Grupo de Pesquisa em Processos de Comunicação (Pespcom) e coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Experimentação em Multimídia da Assessoria de Educação a Distância da UFPA. E-mail: ataidemalcher@uol.com.br.

⁴ Estudante de graduação do 7º semestre de Comunicação Social-Jornalismo da UFPA. Bolsista CAPES do projeto *Jovens e Consumo Midiático em Tempos de Convergência*. Integrante do grupo de pesquisa *Comunicação, Linguagens, Discursos e Memórias na Amazônia* e do projeto de pesquisa *História da Imprensa no Pará: do impresso à internet*. E-mail: tnlerica@gmail.com.

(PROCAD/CAPES) e desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). O projeto se encontra na segunda fase, na qual a finalidade é observar o consumo midiático de jovens em municípios rurais de realidades distantes dos grandes centros urbanos, que estamos chamando no projeto de “Brasil profundo”, em proximidade à denominação de Bonfil (1989) e Becker (2007) e levando em consideração o cenário de convergência midiática (JENKINS, 2008) e de seu consumo (CANCLINI, 2010). As atividades da primeira fase da pesquisa foram descritas em outros artigos anteriores, entre os quais, o que foi apresentado no congresso nacional da Intercom de 2017 (MALCHER et al, 2017).

Qual ou quais localidade(s) pesquisar no estado e quais recursos metodológicos utilizar, de modo a melhor contribuir para a realização da pesquisa e a obtenção de informações que nos possibilitem entender um pouco mais das nossas realidades contemporâneas, que são, ao mesmo tempo, amazônicas e também latino-americanas? Não só uma amazônia, homogênea, mas várias (LOUREIRO, 2009) , com diversidade biológica, cultural, comunicacional e temporal, onde o ontem e o hoje parecem reunidos, onde os sujeitos são diversos, estão juntos ou em disputa. Não é uma ideia romântica. É a constatação da existência de múltiplas realidades, nas quais habitam disputas pelo desenvolvimento, pela dominação de uns sobre outros e pela manutenção da vivência de comunidades tradicionais, que, ao mesmo tempo em que estão *conectadas* ao mundo, buscam manter seus modos de vida. É, ainda, a mescla do rural com o urbano, o *rurbano*, como denomina Cimadevilla (2010). O Pará é somente uma pequena fração desse espaço amazônico e, nele, delimitamos mais ainda o foco de interesse da pesquisa, em torno dos jovens moradores de municípios rurais, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o consumo que fazem dos produtos midiáticos.

A primeira fase da pesquisa compreendeu pesquisa de campo exploratória ao município de Cametá, na cidade sede e na comunidade interiorana de São Raimundo dos Furtados, mais conhecida como Rio Furtados.⁵ A pesquisa exploratória foi fundamental para definições futuras no projeto no Pará quanto a encaminhamentos metodológicos e à escolha das demais localidades para a segunda fase do estudo.

⁵ Para mais informações sobre a pesquisa exploratória em Cametá e Rio Furtados, ver Malcher et al (2017).

Vários passos foram dados até a definição dos critérios que possibilitaram a seleção dos municípios no Pará que integrariam a segunda etapa da pesquisa. O primeiro foi a decisão de selecionar um município de cada estado integrante da proposta de divisão do Pará votada no Plebiscito⁶ de 2011: Pará, Carajás e Tapajós e ainda o arquipélago do Marajó, por sua dimensão, características e por ter, também, uma proposta de emancipação política. Um segundo passo foi o levantamento dos municípios do estado quanto a vários aspectos, como tamanho, população (geral, urbana e rural), população jovem, densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), educação e informações sobre disponibilidade de mídia, entre outros. Essas informações foram inicialmente organizadas levando em conta a classificação do IBGE para o espaço geográfico do estado em mesorregiões e microrregiões. Em 2017, essa classificação foi atualizada pelo IBGE, que adotou uma nova divisão regional, nomeadas, respectivamente, de regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas (IBGE, 2017a). Segundo explicação do IBGE (2017a, p. 19), as “Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas”, enquanto as “Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência”. Na nova divisão, o Pará contém sete regiões intermediárias⁷ e 21 regiões imediatas.⁸

O Pará possui uma área de 1247955,238 km², constituindo-se no segundo maior estado do país, estando atrás do Amazonas. Segundo o IBGE (2017b), a população no Censo de 2010 era de 7.581.051 habitantes, com projeção para 2017 de 8.366.628 pessoas, o que coloca o estado na nona posição em relação aos demais da federação em número de habitantes. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é de 0,646, o 24º entre os 27 estados brasileiros (IBGE, 2017b). O Pará possui 144 municípios, dos quais 68 são considerados urbanos, na classificação do IBGE, e 76 são considerados rurais. Os municípios com população majoritariamente rural somam, então, 52,7% em relação ao total no estado.

⁶ Em 2011, os eleitores paraenses votaram em plebiscito quanto às propostas de divisão do Pará em três novos estados: Pará, Carajás e Tapajós. Com a concentração da população às proximidades da capital, as propostas foram derrotadas e o estado permaneceu com a configuração territorial, mas com a sua multiplicidade cultural mais exposta.

⁷ As regiões geográficas intermediárias são: Belém, Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém, Altamira e Breves (IBGE, 2017a).

⁸ As regiões geográficas imediatas são: Belém, Cametá, Abaetetuba, Castanhal, Bragança, Capanema, Paragominas, Capitão Poço, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Redenção, Tucumã-São Félix do Xingu, Xingua, Santarém, Itaituba, Oriximiná, Altamira, Almeirim-Porto de Moz, Breves, Soure-Salvaterra (IBGE, 2017a).

Com base em Becker (2007) e nos dados do IBGE, foram definidos cinco critérios a partir dos quais os municípios deveriam ser selecionados para a pesquisa: 1) o município não deveria ser sede da região geográfica em que se insere; 2) a população deveria ser menor do que 50 mil habitantes (ou igual); 3) a população da zona rural deveria ser maior do que a da zona urbana; 4) deveria haver predominância das pequenas propriedades rurais em relação às médias e grandes propriedades do município; 5) ser sede de polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/CAPES.

A partir desses critérios, foram definidos os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Água Azul do Norte e Medicilândia, sem desconsiderar Cametá, que integrou a primeira etapa dos estudos. São Sebastião faz parte do Arquipélago do Marajó, enquanto Água Azul faria parte do que seria o estado de Carajás e Medicilândia, do estado de Tapajós. Cametá integraria o espaço do novo Pará, caso a divisão tivesse sido aprovada. Vejamos, a seguir, o contexto dos municípios selecionados para a segunda fase do estudo.

São Sebastião da Boa Vista

São Sebastião da Boa Vista é um município histórico do Pará. Em 1758 existia como freguesia com o nome de São Sebastião, sendo alçada à categoria de vila (1872) e de município (1873) e, seis anos depois, anexada ao de Muaná. São Sebastião da Boa Vista veio a ser extinto outras vezes, em 1879, 1882 e 1922 (MARINHO, 2005; SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, 2017). Em 30 de dezembro de 1943 foi restaurada sua denominação e titulação, condição que permanece até hoje (MARINHO, 2005).

O município é um dos que compõem o arquipélago do Marajó, localizando-se ao sul do território, mais precisamente na zona da mata. Abrange uma área de 1.632 km², que corresponde a 2,7% da área total do arquipélago, que possui 59.044 km². O território do município é integralmente abrangido pela Área de Proteção Ambiental (APA Marajó), estabelecida pela Constituição do Estado do Pará, de 1989 (BARBOSA, 2012).

Seguindo a divisão e organização territorial proposta pelo IBGE, São Sebastião da Boa Vista compõe a Região Imediata de Breves, junto com outros nove municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel. Essa região imediata integra a região intermediária de mesmo nome, Breves (IBGE, 2017a).

O município situa-se na foz do rio Amazonas, onde o relevo predominante é uma planície inundável, drenada pelos rios presentes na região (MARINHO, 2005; BRASIL, 2007). Esses rios oferecem uma variedade de espécies de peixes, que são uma riqueza da região. Além de peixes, os manguezais servem como local de reprodução e fonte de alimento para diversos animais marinhos e de água doce, alguns com importância econômica, como o camarão, o caranguejo e a ostra (BRASIL, 2007).

A evolução socioeconômica do Marajó foi marcada por ciclos de sucesso e de declínio, com exploração da pecuária e do extrativismo. A ocupação do território da ilha se mostrou dependente das atividades extrativistas. Por isso, o povoamento se deu com a distribuição dos habitantes por pequenos povoados, também chamados de “colocações”, geralmente próximo ao encontro de rios e igarapés (BRASIL, M. C., 1999). São Sebastião da Boa Vista atualmente apresenta um reflexo desse processo de ocupação, pois 56,8 % de seus habitantes vivem na zona rural (IBGE, 2017c). A partir do ano 2000, a atividade madeireira estava em declínio, não sendo mais capaz de dinamizar a economia local. Nesse contexto surge a extração do açaí como atividade que gera maiores dividendos na cidade (MARINHO, 2005). São Sebastião já alcançou destaque na produção de açaí, em grande escala comercial (COSTA, 2014).

O município é formado por um conjunto de 18 ilhas e vários rios. A sede se divide em Cidade Velha e Cidade Nova por meio de um furo de rio, chamado furo Santo Antônio, uma via de passagem de embarcações utilizadas para o transporte da população, inclusive para os que vivem às margens dos rios e igarapés presentes no território municipal. A maior parte das ruas de São Sebastião da Boa Vista é constituída por pontes de madeira que passam sobre os igarapés (COSTA, 2014). O acesso à cidade se dá por via aérea (em pequenos aviões fretados) ou fluvial (em barcos de linha).

A população de São Sebastião da Boa Vista é de 22.904 pessoas, com densidade demográfica de 14,03 hab./km², sendo o município com segunda menor população de sua região imediata. A projeção feita pelo IBGE para 2017 indica que, nesse ano, a população da cidade seria de 25.904 habitantes. O município possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de sua região imediata (0,558) (IBGE, 2017c).

Em São Sebastião da Boa Vista a população predominante divide-se quase que igualmente nas faixas etárias infantil, com 36,8%, e adultos, 36,2% do total. Em seguida aparecem os jovens, com 22,2%, e os idosos, que somam 4,8%. Entre os jovens,

predomina o sexo masculino, com 53,1%; a maior parte dos jovens mora na zona rural, o que corresponde a cerca de 55% do total de jovens com idade entre 15 e 24 anos (IBGE, 2017c). Quanto à religião, há o predomínio de adeptos à igreja Católica Apostólica Romana (59,6%), seguido por evangélicos (36,8%) e uma presença menor de espíritas (0,05%) (IBGE, 2017c).

O nível de escolaridade dos boavistenses com idade maior que 10 anos mostra que a maior parte deles (71,5%) possui o ensino fundamental incompleto ou é sem instrução. Os que concluíram o ensino fundamental são 15,8% e os que concluíram o ensino médio representam 11,85% do total. Os que apresentam ensino superior completo são 0,8% (IBGE, 2017c). Em São Sebastião, a taxa de escolarização de estudantes de 6 a 14 anos é de 93,7%, o que coloca o município em segundo lugar dentro de sua região imediata. Na faixa de 15 a 24 anos, 2047 estudantes estavam matriculados (IBGE, 2017c). Dados de 2015 informam que no município havia 33 escolas de educação infantil, 37 de ensino fundamental e 1 de ensino médio.

O último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2017, mostra que nesse ano havia 1236 crianças matriculadas na educação infantil, 5.692 alunos no ensino fundamental e 1.005 no ensino médio (INEP, 2017). Na cidade funciona um polo da Universidade Federal do Pará, com os cursos presenciais de Letras/Português, Matemática, Pedagogia e História (UFPA, 2018).

O mais importante evento cultural da cidade é a festa em homenagem ao santo padroeiro e que dá nome ao município, São Sebastião. A comemoração ocorre em janeiro, mês em que se celebra o dia do santo, e costuma durar dez dias. A Prefeitura da cidade informa que desde 1950 a festa ocorre como nos dias atuais. A programação inclui atos litúrgicos, como missas, procissão e novenas, e atos sociais, como apresentação de grupos folclóricos, bingos, shows musicais e leilões (SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, 2017).

Outra festividade que já acontece há vinte e oito anos no município é o Festival do Açaí. Realizado anualmente e com duração de três dias, o evento é promovido pela Prefeitura, com a participação da população local e também de visitantes de outros municípios (SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, 2017). Representando a tradição local do município, os grupos folclóricos e cordões de bois-bumbás trazem suas

músicas, danças e coreografias (CHAGAS JUNIOR, 2008). Embora existam em São Sebastião vários cordões de boi-bumbá, como o “Rei do Campo”, “Brilhante”, “Mimoso” e “Carinhoso”, o destaque é dado à participação dos grupos “Malhadinho” e “Estrela d’Alva”, considerados os mais importantes devido a uma rivalidade construída ao longo dos anos e que costuma dividir a cidade em duas grandes torcidas (CHAGAS JUNIOR, 2008).

Medicilândia

Medicilândia é um município paraense que se localiza na porção central do estado, às margens da rodovia BR 230 (rodovia Transamazônica). De acordo com a divisão regional do Brasil elaborada pelo IBGE, o município pertence à Região Intermediária de Altamira e à Região Imediata de Altamira,⁹ situando-se a 85 km dessa cidade (IBGE, 2017a) e possui uma área de 8.272,620 km² (IBGE, 2017d).

Como rememora documento da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA, 2016), o surgimento da cidade está ligado ao Programa de Integração Nacional (PIN), instaurado pelo Governo Federal em 1970 e implantado a partir de 1971. Anteriormente, explorada apenas por via fluvial e aérea, a região permaneceu intacta até o século XX. A barreira natural constituída pela floresta foi quebrada a partir das ações do PIN e da abertura das rodovias BR 163 e BR 230 (ANDRADE, 2014). O PIN tinha como um dos objetivos ocupar regiões despovoadas no Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste. Buscava-se garantir a soberania brasileira sobre a Amazônia em relação ao interesse internacional, devido as suas riquezas (ANDRADE, 2014). Com o PIN, o governo estabeleceu o Programa de Colonização e Reforma Agrária dirigido na Amazônia. A rodovia Transamazônica era o eixo ordenador de todo o programa (FAPESPA, 2016). Trabalhadores sem-terra de várias regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, foram levados para ocupar a região.

No trecho da Rodovia Transamazônica situado entre Altamira e Itaituba deveriam ser construídas agrovilas. Cada agrovila deveria contar com os serviços de uma escola de 1º. Grau, uma igreja ecumênica, um posto médico e, em alguns casos, um armazém para produtos agrícolas. A agrovila instalada no km 90 da rodovia Transamazônica deu origem ao município de Medicilândia. O núcleo urbano inicial

⁹ Além de Medicilândia, outros seis municípios compõem a Região Imediata de Altamira. São eles: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Uruará (IBGE, 2017a).

surgiu quando um colono que possuía um lote defronte à estrada instalou um bar/restaurante que se tornou ponto de parada de caminhoneiros e viajantes que circulavam pela rodovia (FAPESPA, 2016). Um elemento propulsor do desenvolvimento da agrovila foi a implantação do projeto canavieiro, do qual fazia parte uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar: o Projeto Abranham Lincoln. O desenvolvimento da agrovila e sua posterior transformação em município aconteceu por vários fatores, dentre os quais, a fertilidade dos solos nesses trechos, que incentivou o setor agrícola na área (CALVI, 2009; FAPESPA, 2016).

O movimento de luta dos moradores pela emancipação de Medicilândia começou por volta de 1975 e durou cerca de treze anos (FAPESPA, 2016). Segundo documento da FAPESPA (2016), em 06 de maio de 1988, Medicilândia foi elevada à categoria de município e a agrovila de ocupação espontânea do km 90 transformou-se em sua sede. O nome Medicilândia foi escolhido em homenagem a Emílio Garrastazu Médici, presidente da República na época da instalação do PIN (FAPESPA, 2016).

A atividade de maior destaque no município é a produção cacaeira, típica da região. No território da Transamazônica localizam-se oito dos maiores produtores de cacau do estado do Pará, com distinção para Medicilândia, que figura entre os primeiros produtores nacionais de amêndoas (BRASIL, 2010a; CEPLAC, 2015). A atividade lhe rendeu a alcunha de Capital do Cacau. Em 2010 foi inaugurada na localidade uma fábrica de beneficiamento da amêndoa e produção de chocolate, o que agrega maior valor ao produto (BRASIL, 2010b).

Ao longo da rodovia Transamazônica e próximo à sede do município, encontra-se um tipo de solo de média a alta fertilidade natural, cuja ocorrência é restrita no Pará. Trata-se do nitossolo, mais conhecido como “terra roxa”, considerado como os solos mais férteis do estado (CALVI, 2009; VALENTE, 2012; LUZ et al., 2013). A zona de nitossolos é considerada a principal zona produtiva do município (CALVI, 2009). A maior parte do território de Medicilândia pertence à Bacia do Xingu, formada pelo rio Xingu e seus afluentes. O Xingu é rio de águas cristalinas e o maior afluente do rio Amazonas no Pará (LUZ et al., 2013).

Em 2015, o salário médio mensal no município era de dois salários mínimos, ocupando, no estado do Pará, a posição 51 de 144. Apenas 19,7% dos domicílios de Medicilândia tem esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017d).

No Censo de 2010 do IBGE, a população total de Medicilândia era de 27.328 habitantes e a projeção feita para 2017 era de 30.726 pessoas. Com densidade demográfica, de 3,30 hab/km² e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,582, Medicilândia fica na quinta posição dentre os municípios de sua região imediata (IBGE, 2017d). Com relação à faixa etária, os habitantes entre zero e 14 anos somam 31,8%; de 15 a 24 anos, 20,8%; de 25 a 39 anos, 23,7%; e acima de 40 anos, 23,8%. A maioria da população (65%) mora na zona rural, fazendo parte desse percentual jovens de 15 a 24 anos (20,6%) (2017d). Essa é uma característica que indica o município como muito significativa para a pesquisa em curso.

Quanto à religião adotada pelos habitantes de Medicilândia, os fiéis da igreja Católica Apostólica Romana são maioria (53,1%), havendo somente mais uma denominação, a evangélica, com 29,6% da população da cidade (IBGE, 2017d).

A taxa de alfabetização no município é de 83,3%, quando consideradas pessoas de dez ou mais anos de idade. Dentre os jovens de 15 a 24 anos, essa taxa aumenta, chegando a 95,7% (IBGE, 2017d). Quanto à instrução, 60% dos medicilandenses são sem instrução ou têm o ensino fundamental incompleto; 11,3% tem o ensino fundamental completo ou médio incompleto; 6,6% tem o médio completo ou superior incompleto; e menos de 1 % tem o ensino superior completo (IBGE, 2017d). Segundo o Censo Escolar de 2017, em Medicilândia havia 814 crianças matriculadas na educação infantil, 4.892 alunos no ensino fundamental, 834 matriculados no ensino médio e 289 alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (INEP, 2017).

No município, segundo dados de 2017, há 19 estabelecimentos de educação infantil, 40 de ensino fundamental e apenas uma escola estadual de ensino médio, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Pará (INEP, 2017). Na escola de ensino médio, os alunos estudam à tarde e à noite. No turno da tarde concentram-se os mais jovens e, à noite, principalmente aqueles que trabalham durante o dia. Os alunos que habitam áreas rurais mais afastadas se deslocam distâncias grandes, chegando a 25 km, para estudar em Medicilândia. Por isso, costumam ficar em casa de parentes na cidade e nas férias retornam a casa ou viajam. A Universidade Federal do Pará mantém em Medicilândia dois cursos de graduação, de regime presencial: Licenciatura em Letras/Inglês e Educação do Campo (UFPA, 2018).

Entre as manifestações culturais do município, destaca-se a apresentação de grupos típicos de vários estados brasileiros. Isso é consequência do processo de ocupação da região, cuja população é predominantemente formada por migrantes das regiões Nordeste e Sul (FAPESPA, 2016). A principal manifestação religiosa é a festa que homenageia a santa padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, que ocorre dia 8 de dezembro (FAPESPA, 2016). A celebração reúne devotos de vários municípios e inclui cerimônias eclesiais, danças e rituais. Há também o Festival de Porantim, anual, que enfoca a cultura local e temas ligados à história dos povos indígenas da região e à preservação do meio-ambiente. O primeiro Festival foi em 1998. Em 2011, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará o reconheceu como patrimônio cultural de natureza imaterial para o estado do Pará (PARÁ, 2011).

Sobre o cotidiano dos moradores, em artigo que analisava a influência do governo federal no estabelecimento da cidade de Medicilândia, Cardoso e Lima (2009) relatam que a população da cidade, à época, carecia de praças e espaços de convívio. As ruas da cidade eram precárias e não permitiam o uso como espaço de socialização. Os autores contam que o lazer em Medicilândia era bastante restrito e destacam a prática de esportes radicais, como o *motocross*, e o “lazer” relacionado à prostituição feminina (CARDOSO; LIMA, 2009, *aspas nossas*).

Água Azul do Norte

O município de Água Azul do Norte é ainda mais recente que o de Medicilândia, quanto a sua criação. A área onde hoje é a cidade começou a ser ocupada a partir de 1978, para onde convergiram várias famílias, até formar uma vila, que recebeu administradores nomeados pela Prefeitura de Marabá, ao qual era ligada (IBGE, 2017e). Com a criação do município de Parauapebas, em 1988, a vila passou a ser ligada a ele, mas a distância em relação à sede do novo município, de 308 quilômetros, fez com que a população local lutasse pela emancipação política. Foi realizado plebiscito em 1991, com resultado favorável à transformação da vila em município, o que foi efetivado no mesmo ano (IBGE, 2017e). O município faz parte da Região Intermediária de Redenção e da Região Imediata de Xinguara. Na região imediata, há ainda os municípios de Xinguara, Sapucaia e Rio Maria (IBGE, 2017a). O principal acesso é via terrestre, passando por Xinguara.

Segundo dados do IBGE (2017e), o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,9 salário mínimo e, em 2016, a taxa de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5,9%. No censo de 2010, a população era de 25057 habitantes, com estimativa de um pequeno crescimento para 2017, com 26682 habitantes. A densidade demográfica é de 3,52 hab/km² (IBGE, 2017e). Na faixa de 15 a 24 anos de idade estão 20,7% da população.

No item educação, em 2010, a taxa de escolarização para pessoas entre seis e 14 anos foi de 90,2%, o que coloca o município em último lugar em sua região imediata e na posição 126 entre os 144 municípios do estado. Em 2015, havia 298 matriculados no ensino pré-escolar, 2064 matriculados no ensino fundamental, 373 no ensino médio e nenhum no ensino superior (IBGE, 2017e). Os dados sobre outros indicadores do município são mais escassos, inclusive no IBGE.

São Sebastião da Boa Vista, Medicilândia e Água Azul do Norte: dados de mídia

Como era de se esperar, os três municípios apresentam semelhanças e diferenças com relação à oferta de mídia aos moradores. Segundo os atlas de cobertura das emissoras de televisão do Brasil, no município de São Sebastião da Boa Vista e de Medicilândia, há oferta de dois canais de televisão abertos: a TV Liberal Belém, que retransmite a programação da rede Globo de Televisão, e a TV Cultura do Pará, que trabalha com a programação da TV Cultura da Fundação Padre Anchieta.

Com relação à mídia rádio, o *site tudoradio.com* aponta o registro de uma emissora de rádio em cada um dos dois municípios. Em São Sebastião há a Magnificat FM, na frequência 100.5 MHz. A rádio tem um *blog* na internet onde faz postagens principalmente de temática cultural, como festividades religiosas e eventos sociais da cidade. Além do *blog*, a rádio mantém uma página no *Facebook*. Não é possível ouvir a rádio por meio da internet. Havia também uma rádio AM na cidade, mas que não mais funciona, conforme informações do escritório local da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em Belém. O fechamento da rádio AM não tem relação com a migração para FM, segundo a Anatel Belém. Em Medicilândia, apenas uma emissora de rádio opera na cidade, conforme aponta o Portal *Rádios.Com*: a rádio Sociedade 87,9 FM. A rádio tem uma página na internet, em que é possível ouvir a programação *online*. Semanalmente a emissora transmite as sessões da Câmara de Vereadores do município.

Na página que mantém na rede social *Facebook*, a rádio divulga sua programação e publica fotos dos ouvintes e dos radialistas. Em Água Azul do Norte não há canais de TV aberta ou emissoras de rádio com sede na cidade. São sintonizadas emissoras de rádio de municípios vizinhos, como Parauapebas e Canaã dos Carajás e, quanto à TV, somente com o uso de antena parabólica.

Com relação à telefonia, os três municípios têm cobertura da operadora Vivo, com oferta de sinal 3G, de acordo com o atlas de cobertura da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Além disso, segundo informações de moradores, Água Azul do Norte recebe também sinal das operadoras Tim e Claro.

Na pesquisa exploratória realizada em Cametá, em 2016, foi possível perceber o uso significativo e variado do *smartphone* pelos jovens em situações *online* e *off line*. Informações iniciais da pesquisa indicam que algo parecido ocorre também nos municípios ainda a serem visitados, por exemplo, com relação a estudantes no ensino médio que possuem *smartphones* e fazem uso intenso, chegando a interferir no cotidiano da sala de aula, pelo menos nos municípios de Medicilândia e Água Azul do Norte.

É possível que dos três municípios, aquele com maior dificuldade de acesso ao sinal de celular seja São Sebastião da Boa Vista, em razão da localização geográfica (no Arquipélago do Marajó) e da falta de investimento das empresas na geração do sinal. Em consequência disso, é possível que seja onde o uso entre os jovens seja mais reduzido. Mas se trata de uma suposição inicial, que a realidade pode desfazer em breve. Na Amazônia, sempre é bom lembrar, como encerramento provisório, que temos uma complexidade e diversidade social, cultural e comunicacional extremamente rica e que nos desafia a buscar entender o quanto os jovens estão e se sentem conectados ao mundo, que por vezes pode parecer tão distante. O contexto aqui apresentado traz apenas uma pequena parcela desse cenário e precisa ser enriquecido.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). Serviço móvel. Disponível em: <<http://gatewaysiec.anatel.gov.br/mobileanatel/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ANDRADE, Paula Simas de. **A ocupação do sudoeste paraense: desafios sociais e riscos ambientais**. 2014. 138 f., il. Dissertação (Centro de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18667/1/2014_PaulaSimasdeAndrade.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BARBOSA, Maria José de Souza (Coord.). **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

BONFIL, Guillermo. **México profundo: uma civilização negada**. México. Grijalbo, 1989.

BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/pdrs_marajo.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL, Marília Carvalho. **Marajó: em busca da sobrevivência**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Manaus, 1999. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/666>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Transamazônica Estado do Pará**. Altamira: FVPP, 2010b. Disponível em <sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio095.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**. [Brasília], 2010a. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9cbd2d8c-9e8c-4db0-a362-f7f4af1e9b96&groupId=24915>. Acesso em: 19 abr. 2018.

CALVI, Miquéias Freitas. **Fatores de adoção de sistemas agroflorestais por agricultores familiares do Município de Medicilândia, Pará**. 2009. 122 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em: <<http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2009/miqueias-freitas-calvi-publicado.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte ; LIMA, José Julio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CEPLAC [Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira]. Superintendência no Estado do Pará. **Área com cacau e produção**. 2015. Disponível em: <http://www.ceplacpa.gov.br/site/?page_id=229>. Acesso em: 26 abr. 2018.

CHAGAS JUNIOR, Edgar Monteiro. **Produção simbólica dos lugares: folgedos populares de boi-bumbá do Marajó – espaço e cultura na região do Arari.** 2008. 109 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.ppgdstu.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2008/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Edgar%20Monteiro%20Chagas%20Junior.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CIMADEVILLA, Gustavo. La cuestión rurbana: apuntes para uma entrada comunicacional. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 73-85, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/593>>. Acesso em: 7 ago. 2017

COSTA, Vanessa do Socorro Silva da. A implantação do plano de ações articuladas em São Sebastião da Boa Vista – PA: ações concretas ou pressupostos para o regime de colaboração? 2014. 206 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5895>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

FAPESPA [Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas]. **Estatísticas municipais paraenses: Medicilândia.** Belém, 2016. Disponível em: <<http://www.parasustentavel.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Medicila%CC%82ndia.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. Emissoras afiliadas. Disponível em: <<http://fpa.com.br/cobertura/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2008.

_____. Convergência e conexão são o que impulsiona a mídia agora. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 213-219, jan./abr. 2016. Diálogos Midiológicos 33. Entrevista concedida a: Priscila Kalinke e Anderson Rocha.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Pará.** 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **São Sebastião da Boa Vista.** 2017c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-sebastiao-da-boa-vista/panorama>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. **Medicilândia.** 2017d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/medicilandia/panorama>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. **Água Azul do Norte.** 2017e. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/agua-azul-do-norte/panorama>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Resultados e resumos - Censo Educacional 2017.** [2017]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LUZ, Luziane Mesquita da; *et al.* **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará.** 1. ed. Belém: GAPTA/UFGPA, 2013. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/127/1/Livro_AtlasGeograficoEscolar.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MALCHER, Maria Ataíde et al. Consumo midiático de jovens cametaenses: pesquisa exploratória na cidade de Cametá e na comunidade Rio Furtados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2990-1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MARINHO, José Antônio Magalhães. **Dinâmica das relações socio-econômicas e ecológicas no extrativismo do açaí: o caso do médio Rio Pracuuba, São Sebastião de Boa Vista, Marajó (PA).** 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2466>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PARÁ. Lei nº 7.524, de 8 de junho de 2011. Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará o Festival do Porantim, do Município de Medicilândia, e dá outras providências. Gabinete do Governador. Belém: Diário Oficial do Estado, 10 jun. 2011. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2011/06/10/2011.06.10.DOE_7.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PORTAL RÁDIOS.COM.BR. Rádio Sociedade 87,9 FM. 2018b. Disponível em: <<http://www.radios.com.br/aovivo/radio-sociedade-879-fm/34944>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. **Prefeitura Municipal** - História. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.pmssbv.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Negócios Globo – estado Pará, cobertura. Disponível em: <<http://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/estados.aspx?uf=PA>> Acesso em: 15 set. 2017.

TUDORÁDIO.COM. Magnificat FM – 100,5 FM. 2018a. Disponível em: <<https://tudoradio.com/player/radio/4941>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

UFPA [Universidade Federal do Pará]. **Consulta de cursos** – graduação. [2017]. Disponível em: <<https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-ensino>>. Acesso em: 10 out. 2017.

VALENTE, Andrea de Melo. **Estudo da potencialidade de registro de indicação geográfica a produção de cacau no município de Medicilândia/PA.** 2012. 120 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9897>>. Acesso em: 11 abr. 2018.